

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



PROGRAMA OPERACIONAL COMERCIO E INOVAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coordenador

José Reis

Editor

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

ISBN

978-989-8847-25-6

UNIÃO EUROPEIA

José Reis

A ideia de união europeia como projeto de paz e solidariedade, lançado quando as cinzas da guerra ainda estavam quentes, não pode ser esquecida, por muito que haja interpretações rivais. A Comunidade Económica Europeia (CEE), instituída formalmente em Roma em 1957 para passar a relacionar numa nova base seis países ricos e centrais, haveria de demorar a alargar-se e a chegar às periferias, até então apenas representadas pela geografia do sul italiano. Fosse pelas razões que uns sublinham, fosse pelas que outros apontam, tornou-se saliente a ideia de convergência de níveis de desenvolvimento, de políticas estruturais (e aqui o termo estava bem aplicado, não estava manchado pelo cinismo que surgiria mais tarde, quando passou a significar, sem o revelar honestamente, desvalorização salarial e restrição do Estado) e, portanto, de coesão territorial entre países e regiões.

A transformação da CEE em União Europeia (UE) foi um passo radical. Embora o mercado único ainda exigisse as políticas que vinham de trás, o que passou para o posto de comando foi a aceleração da política da concorrência, o aproveitamento desigual das diferenças de custos salariais e de capacidades tecnológicas, a limitação das capacidades orçamentais do Estados e uma noção, dita de “governança económica”, que, na verdade, é essencialmente a subtração dos instrumentos públicos de intervenção substantiva na economia e na sociedade e a concentração cega na gestão de equilíbrios formais, próprios da macroeconomia, com os quais se limitam a ação pública e

a mudança. Não admira, portanto, que a UE tenha sido uma das sedes mais ortodoxas da imposição a alguns dos seus Estados-Membros de políticas de austeridade de efeitos danosos. Ao mesmo tempo, a Europa tornou-se num dos espaços do mundo mais concentrados nos avanços da financeirização e da facilitação dos mecanismos de proliferação dos mercados de capitais. Consolidou-se assim uma fratura europeia que permitiu que uns países se tornassem credores e ampliassem esse privilégio e outros se tornassem devedores e vissem a sua submissão reforçada. Do ponto de vista político, sobressaiu a fragmentação e o confronto.

A Europa pode reencontrar-se num projeto comum, de relançamento e de coesão. Não é certo que isso aconteça. Mas esta é uma questão essencial de debate. Um ponto de tensão cuja resolução deve ser considerada em aberto. É possível formular alternativa de uma Europa que equilibre em novos moldes as esferas nacionais e as comunitárias, retome a centralidade da iniciativa, da provisão e da governação públicas, restrinja os poderes financeiros, assuma uma heterogeneidade que tende para a divergência em vez de ser vista como diversidade vantajosa, supere a fragmentação, faça dos sistemas de emprego mecanismos essenciais de inclusão social, lidere uma transformação ambiental capaz e possa ter relações abertas e de cooperação com os povos vizinhos. Depende da luta política democrática fazer esta escolha, evitando o colapso geral e o da UE em particular.